

Elisângela da Silva Santos<sup>1</sup>  
Gustavo Louis Henrique Pinto<sup>2</sup>

## *O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado*

### **Introdução**

A investigação sobre o café possui um lugar fundamental na história brasileira e no pensamento político e social brasileiro, formando, assim, parte dos grandes temas históricos da nação, e que estão também presentes no imaginário social e cultural dessa sociedade. Do mesmo modo que o complexo socioeconômico canavieiro do Nordeste, desde o século 16, e a economia mineira no Centro-Sul, nos séculos 17 e 18, são grandes complexos (ou ciclos) da colonização brasileira, a economia do café, e todas as relações sociais e culturais implicadas neste sistema econômico, seguem marcha no processo histórico desde o século 19 brasileiro.

A tematização em torno do café está presente nos intelectuais, literatos, jornalistas, homens públicos, entre o fim do século 19 e as três primeiras décadas do século 20; foi assunto também em parte da produção dos “intérpretes do Brasil”, na posição de A. Candido (2007), bem como foi um tema interessante que acompanhou o processo de institucionalização das ciências sociais, da economia e da história, entre as décadas de 1930 e 1950, principalmente na produção intelectual de São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre o final do século 19 até a década de 1930, ressaltamos expressões literárias sobre o café em vários autores, como os paulistas Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Paulo Prado, dentre outros. Pós-década de 1930 temos muitos trabalhos dedicados ao café. Apontamos os “intérpretes do Brasil”, como Caio Prado Junior, Roberto

---

<sup>1</sup> Mestre e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), professora adjunta II de Sociologia e Fundamentos na Universidade Federal de Goiás (UFG/Jataí). E-mail: licass20@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Uruaçu). E-mail: gulhpinto@gmail.com.

Simonsen e Sérgio Buarque de Holanda. Identificamos também alguns grupos na Universidade de São Paulo ligados ao tema *do café*, como os trabalhos de história econômica de Alice Canabrava, Antônio Delfim Netto e Paul Singer; as pesquisas coordenadas por Florestan Fernandes e os trabalhos de José de Souza Martins, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa. A “Escola de Campinas”, ligada ao Instituto de Economia da UNICAMP, desde a década de 1970 representa uma dedicação ao tema, através dos trabalhos de Wilson Cano, Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares e Wilson Suzigan. Brazilianistas se dedicaram também ao tema, como Werner Baer, Warren Dean, Joseph Love.

O café constitui uma problematização matizada em vasta produção do pensamento brasileiro, que em diversas áreas do conhecimento formou campos de investigação significativos em torno desta cultura agrícola. Tal amplitude de temas voltados a este sistema econômico permite constatar a presença de dada multidimensionalidade na observação deste processo histórico, o que possibilita identificar traços no pensamento brasileiro quanto ao seu modo de produção e reprodução da vida social de forma que ultrapassa a análise somente da sua eficácia econômica. Interessante também pensar no que efetivamente constituiu o complexo do café, ou seja, perceber como na totalidade de relações sociais, culturais, econômicas e de poder político, estão enfeixadas de diferentes formas tais relações na cultura do café. A compreensão estrutural das várias dimensões do café permite conectar diferentes vertentes e áreas do conhecimento, a respeito do café, e é tributário desta ideia de multidimensionalidade na observação deste fenômeno social.

Dentre a extensa historiografia a respeito do café, ressaltamos algumas características que foram fundamentais ao pensamento brasileiro, que foram aqui selecionadas: o papel das elites cafeicultoras oligárquicas sobre as forças do Estado nacional em formação; as transformações nas relações de trabalho, e as relações entre sitiantes, parceiros e homens livres com os latifundiários cafeicultores; o modo de produção itinerante, extensivo e “predatório”; por fim, toda a organização sociocultural, a sociabilidade e as relações de poder local em torno do sistema cafeeiro.

Nesse sentido, discutiremos o café a partir das obras de Monteiro Lobato (1882-1948) e de Celso Furtado (1920-2004). Propomos, desde o início, que rediscutir esses dois autores, comparativamente, possibilita a compreensão da dimensão histórica deste processo em dois termos distintos, que aqui estão posicionados de forma complementar. Primeiro, se trata de intelectuais separados pela distância temporal, entre a passagem do século 19 ao 20, de Monteiro Lobato, e as décadas de 1950 e 1960, de Celso Furtado, o que possibilita uma análise sobre o auge e

declínio do sistema cafeeiro ao longo do período republicano brasileiro, entre os séculos 19 e 20, ou seja, a o percurso histórico delimitado abrange uma análise de longa duração desta etapa socioeconômica. Segundo, se trata da força efetiva que o tema do café representou nas trajetórias intelectuais de Lobato e Furtado, pois, argumentamos, que poucos autores assim como estes dois constituíram em suas análises construções tão fundamentais a respeito do café. Estas interpretações significam profundo impacto sobre a própria trajetória destes autores, já que foi tema central em suas produções e tiveram alta recepção e circulação acadêmica e intelectual, que persistiram no imaginário e nas representações sociais sobre o tema.

Monteiro Lobato nasceu na região do Vale do Paraíba, São Paulo, em 1882; na adolescência iniciou sua carreira como escritor, cronista e contista. É um autor muito reconhecido no Brasil, principalmente pela criação da personagem Jeca Tatu em 1914, e pela saga infantil do Sítio do Picapau Amarelo. Desenvolveu diversos projetos sociais, como por exemplo, as campanhas pela democratização da leitura no país; processo de editoração e produção de livros de escritores brasileiros; trabalhou em campanhas sanitaristas que viam a necessidade do reestabelecimento da saúde do trabalhador brasileiro residente no campo; apregou a necessidade da exploração dos recursos naturais da nação, como o ferro e o petróleo, e durante o período de 1927 a 1931 foi Adido Comercial do Brasil nos Estados Unidos.

A produção lobatiana, localizada na Primeira República (1889-1930) procurou formular um modelo de Estado e de sociedade, pautado em elementos vistos como imprescindíveis para a modernização; sua crítica partiu do pressuposto de que os verdadeiros “donos do poder” no Brasil era justamente o grande proprietário rural, devido a sua grande influência e manutenção da estrutura agrária, derivada de produtos agroexportadores, particularmente o café. O tema do café na obra de Lobato aparece desde os seus primeiros textos de juventude. Apesar de ressaltar que o café também repete o “movimento do bandeirante”, em alusão ao fato da planta ser itinerante (ser “transferida” da região do Vale do Paraíba para o Centro Oeste Paulista), em muitos textos, viria apontar que o resultado do café como produto condutor da economia brasileira seria prejudicial para o desenvolvimento político, econômico e social da Nação, daí a necessidade de superar seu cultivo e o investimento em outras áreas econômicas.

Celso Furtado, nascido em Pombal, no sertão paraibano, em 1920, é um dos mais destacados economistas brasileiros, foi reconhecido por suas contribuições à análise da situação de subdesenvolvimento, por interpretações ligadas à história econômica brasileira e latino-americana, e por sua ação política e defesa de um projeto nacional-desenvolvimentista.

Autor ligado à “escola” estruturalista do desenvolvimento na década de 1950, através de sua vinculação à CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, teve sua ação política marcada fundamentalmente na formulação e implementação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1958-1962), e na elaboração do Plano Trienal (1963) ligado às “reformas de base” do governo João Goulart (1961-1964).

*Formação econômica do Brasil* (2009 [1959]), principal obra e de maior circulação do autor, traz como inovação teórica sua interpretação sobre a economia do café. A análise de Furtado a respeito da transição do sistema cafeeiro para a industrialização, e os vínculos entre a política e a economia cafeeira, são construções conceituais de envergadura, formulando uma interpretação que persistiu no debate ao longo da segunda metade do século 20.

As principais novidades para a literatura econômica e histórica que *Formação econômica do Brasil* traz sobre o café estão voltadas para as políticas econômicas de “defesa do café”, praticadas no decorrer da Primeira República e no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Argumentos como o “deslocamento do centro dinâmico”, a “socialização das perdas” com a coletividade e a “internalização do centro de decisões” foram consequências destas políticas do café. As obras históricas de Furtado do seu período de exílio (pós-1964) também deram sequência ao tema do café.

## **Cruzamentos para uma síntese**

Na comparação entre as diferentes interpretações sobre o café nas obras desses autores, percebemos que ambos encararam o tema da transição da sociedade brasileira agrária para o processo de modernização/industrialização, porém em diferentes contextos e posições. No caso lobatiano, observamos uma crítica realizada desde o começo do século 20 a partir de suas experiências como fazendeiro do Vale do Paraíba e como grande crítico dos cafeicultores, que segundo ele, mantinham o controle da estrutura econômica e política. Suas análises foram realizadas a partir do registro literário, jornalístico e da crítica social. No caso furtadiano, as políticas econômicas de “defesa do café” e o poder dos cafeicultores sobre a economia nacional foram elementos fundamentais na compreensão do como chegamos a ser o que somos, na passagem entre o sistema primário exportador e o processo de substituição de importações. Dentre as teses da modernização da década de 1950, a de Furtado se ancora na transição entre o café e a industrialização. Ressaltamos, inicialmente, a força que as argumentações de Lobato e Furtado, cada qual a seu modo, deram para a compreensão da natureza das relações entre o Estado e a economia cafeeira. Ambos os autores, quando posicionados em paralelo, apontam

interpretações a respeito do processo de modernização conservadora brasileira, formando certa unidade. Mesmo distantes, quando tomados a longo prazo, podem representar tendências que se aglomeram com persistência no imaginário social e cultural do pensamento brasileiro e da história nacional, o que possibilita sempre estabelecer uma síntese do processo social, dos modos de reprodução da vida social e dos diversos lugares do poder político em torno do café.

Monteiro Lobato realizou sua análise vivenciando todo o processo de dissolução da economia cafeeira compreendido como destino nacional da vocação agrária, sendo um “crítico interno” deste processo, e isso está ligado a uma geração de autores que refletiram a construção nacional na Primeira República, utilizando a forma ensaística e a crítica social. Os autores brasileiros ensaístas do começo do século 20 se preocuparam em estabelecer relações entre a Sociedade e o Estado, e, para tanto, buscaram aprofundar as bases do debate sobre a questão social. Conforme Bastos e Ianni (1985), buscavam respostas para a definição de que país era o Brasil. Este seria um momento de grande importância, pois o país passava por diversas transformações: novas formas de trabalho, o engenho perde lugar para a usina, a imigração, o avanço da urbanização e das indústrias, a instituição da República, a Primeira Guerra Mundial, a ascensão dos movimentos sociais, sindicatos, partidos, o tenentismo e a crise no poder agrário etc. A produção lobatiana se localiza nesse contexto. Em sua obra podem ser encontradas preocupações que buscavam uma justificativa e resposta para o abandono do atraso e a entrada ao progresso. Esta faceta progressista aparece em sua obra, conforme Crespo (2004), quando o autor inicia em seu percurso intelectual o processo de pesquisa “científica” sobre o país, ou seja, uma característica importante do pensamento de Lobato era justamente seu apontamento de problemas cruciais que marcavam nosso país, ele assume a face atrasada da nação ao dizer que o mal não estava em sermos “carros de bois”, sim em disfarçar e escamotear esta condição, o que, segundo ele, retardava ainda mais a tomada de decisões que pudessem modificá-la.

Em contrapartida, Celso Furtado realizou uma interpretação posterior (*ad hoc*) à realização das políticas de “defesa do café”, praticadas desde o final do século 19. Como resultado da década de 1950, sua produção está em continuidade ao processo de institucionalização da universidade brasileira, o que alimentava sua sistematização teórica sobre o assunto, a ponto de constituir uma tese sobre a nossa formação econômica a partir da argumentação a respeito da substituição de importações. Segundo afirma Alencastro (2009, p. 23), “[...] nos anos 1930, a sociedade rural que conformava o país havia séculos ruína definitivamente”, cenário que aponta distinção significativa de Furtado em relação à Lobato. A produção furtadiana na década de 1950 reflete sobre um Brasil que

constituía outro cenário segundo Alencastro (*Ibid.*, p. 24), cujas questões nacionais que marcariam essa década, até 1964, foram as desigualdades regionais e sociais, a industrialização, o papel do Estado na economia, a atuação dos sindicatos e o avanço da hegemonia estadunidense na América Latina. Lembra Alencastro (*Ibid.*, p. 25) a afirmação de Furtado (1997) em sua autobiografia, a respeito do ano de 1958, como de “extraordinária efervescência”, mesmo ano que Furtado retorna para o Brasil para realizar atividades políticas em torno da SUDENE, pós-participação na CEPAL, e prepara a edição de *Formação econômica do Brasil*, resultado de sua estada em Cambridge, e publicada em 1959.

Alencastro (*Op. cit.*, p. 26) confirma uma diferença em relação aos outros grandes textos de interpretação do Brasil, pois “*Formação econômica* é um livro que a reflexão prepara a intervenção nos centros decisórios do Estado”. Reflexão de natureza histórica e econômica, a obra de Furtado (2009), entre outros avanços, dedica-se profundamente, segundo Oliveira (2009) e Bielschowsky (2004), na compreensão do “Complexo Econômico Nordeste” e na tese sobre o auge e crise da economia cafeeira. A partir dos críticos apresentados, entendemos que Furtado olhou para as bases da economia cafeeira a partir das indagações sobre “a intervenção nos centros decisórios”, o que empreendeu análise das mediações entre Estado e economia, elites e instituições políticas, principalmente no período da Primeira República (1889-1930).

Deste modo, temos duas interpretações pertencentes a duas gerações ligadas concomitantemente aos temas da Nação, e o café é presença fundamental. Ao compará-los, autores em momentos históricos distintos, percebemos complementariedades na argumentação sobre a *transição* em direção à “nossa modernidade”, ao que se entende enquanto percepções da modernização ocidental, do acesso ao Brasil Moderno como cenário aberto no começo do século 20.

O caso brasileiro nos permite realizar um *outro debate* sobre o *nosso processo* de modernização, uma vez que não pode ser compreendido como um processo unívoco e unilinear; muitos pensadores sociais brasileiros se dedicaram sobre o nosso passado colonial e pós-independência, procurando identificar elementos que auxiliariam na constituição da nossa modernidade. Conforme Domingues (2002), uma das teorias melhor formulada na tentativa de analisar as chamadas transições para a modernidade, seja nos países centrais ou periféricos, foi elaborada por Barrington Moore Junior (1975), no clássico livro *Origens da ditadura e da democracia*. Em sua abordagem, as vias socialista, democrática e autoritária foram identificadas como três possibilidades de acesso à modernidade. A última via foi caracterizada por alguns autores brasileiros, como Reis (1982) e Vianna (1976), como “modernização conservadora”, um termo considerado como um bom definidor do caso

nacional, a nossa forma de “revolução passiva” à maneira exposta por Vianna (2004).

Ainda de acordo Domingues (*Op.cit.*), pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir do seguinte modo: a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam também o controle sobre a força do trabalhador rural, que seria incapaz de se livrar das relações de subordinação pessoal e da extração do excedente econômico por meios mais diretos. Na modernização conservadora, as elites tradicionais agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização realizava-se sob a condução e estrito dos interesses dos proprietários rurais, “conformando-se uma ‘subjatividade coletiva’ centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias”. (*Op.cit.*, p. 460)

Na análise lobatiana, os “donos do poder”, representados pela classe oligárquica, não haviam se voltado para o futuro e continuavam presos ao tradicionalismo rural, compondo um quadro social “mediocre” e entrópico. O que deveria haver era uma mudança desta estrutura rígida e cômoda em que a Nação se assentara, e, como resultado disso, continuaríamos vivendo no “mundo da lua”, pois víamos errado à nós e as coisas e, apesar de inúmeras decepções, continuamos a nos ver às avessas, numa “pátria rural que morre à mingua” (LOBATO, 2008).

É partindo desta premissa que Lobato deslocou o projeto de país do espaço geográfico do “campo indolente” para a “cidade industriosa”, lugar este onde a estrutura social e estatal deveria se reorganizar em seu projeto. A chamada “ralé”, o povo, não possuía formação moral por ser muito “misturada” e sem cultura, restando, portanto, a tarefa de construir um país com bases econômicas sólidas à “elite verdadeira”, que aguardava sua convocação. Neste sentido, talvez Lobato estivesse reclamando a emergência de uma burguesia nacional atrelada à indústria e que visasse a modernidade do país, pois lemos em seus textos o ensejo por um processo de formação do Estado de direito e de fortalecimento da sociedade civil como base para a efetivação da democracia.

Furtado elaborou uma tese sobre a formação econômica brasileira em que a economia cafeeira da região Centro-Sul, desde o século 19, esteve imbricada ao processo de industrialização via substituição de importações, processo das três primeiras décadas do século 20, debate amplamente discutido na crítica referente a este autor (cf. BIELSCHOWSKY, 2004; MANTEGA, 1989; VIEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2003). Em *Formação econômica do Brasil* (2009, p. 278), a argumentação sobre a “economia de transição para um sistema industrial”, na quinta parte da obra (*Ibid.*, p. 257-335), consiste fundamental inovação interpretativa de Furtado sobre a industrialização brasileira, em que a substituição de

importações e o fortalecimento do mercado nacional se deram em resultado vinculado e explícito às políticas de “defesa do café”. O “deslocamento do centro dinâmico” (*Ibid.*, p. 278), uma das principais contribuições de Furtado ao debate (OLIVEIRA, 2009), estabelece que a economia nacional e a formação de um mercado interno resultam das políticas de “defesa do café”, pois o financiamento do café e inclusive a sua “queima” a partir das políticas de 1906, tiveram o efeito de manutenção da renda e do emprego, agindo com um efeito multiplicador sobre a economia nacional.

Entre as críticas de Lobato à cultura do café, apontamos que aspectos como a persistência na monocultura, a dureza das relações entre o cafeicultor e o poder político local, a dependência dos cafeicultores do Governo nacional e as relações entre os agregados e as fazendas de café são narrativas que constituem o mesmo cenário da interpretação de Furtado e, por tal, constitui temas similares entre estes intelectuais, porém tomados em perspectiva distinta por Furtado, a econômica, e realizada na década de 1950, o que apresenta outra tônica a essas relações entre cafeicultores e o poder político tão bem expostas por Lobato.

As elites cafeicultoras paulistas, entre o último quartel do século 19 e a Primeira República, constituíram “o controle hegemônico do poder nacional”, segundo Furtado em *A economia latino-americana* (1978 [1975], p. 44). Argumento que já estava presente em *Formação econômica do Brasil* (*Op.cit.*) e na obra que antecede e compõe parte desta última, *A economia brasileira* (1954). O protagonismo das elites latifundiárias paulistas na economia cafeeira frente ao controle do Estado nacional, através principalmente da política de financiamento do café, garantiu coordenação de interesses econômicos sobre a política nacional, na tese furtadiana. A “socialização das perdas” com o conjunto da “coletividade” e a espécie de “prêmio” financeiro para os cafeicultores com a política ensejada, em detrimento do consumo de massa e da compressão da renda e do salário dos trabalhadores, foram ideias desenvolvidas na década de 1950 por Furtado (*Id.*, 1954; 2009).

O cenário de crítica de Lobato à expansão desenfreada do café, em uma codependência entre cafeicultores e Governo nacional, também está aí presente em Furtado (2008, p. 151). Ambos os autores acenam para a perda da capacidade de diversificação econômica em prol do exclusivismo do café, fator que para Furtado limitava a ação em outros campos, e emperrava a modernização e industrialização do país. A ação política das elites cafeicultoras frente ao controle do Estado nacional, como se defende até aqui, é o primeiro comparativo que foi estabelecido sobre os autores; as formas da vocação agrária e o domínio político da elite cafeicultora estão nas duas interpretações. O segundo elemento comparativo é a forma como Lobato e Furtado abordaram as relações



entre agregados, parceiros, a representação do Jeca Tatu de Lobato tal qual a “economia de subsistência” do dualismo furtadiano, demonstrando a maneira pela qual acenam para as formas de dominação e mediação que o café estabeleceu entre a pequena e a grande propriedade, entre o minifúndio e o latifúndio, entre a economia de subsistência e a economia de exportação.

Estes autores, de diferentes tradições do pensamento brasileiro, pertencentes a períodos históricos distintos, podem ter, em alguma medida, suas interpretações aproximadas nas teses a respeito da *modernização conservadora*. Com percepções distintas do modo de modernização, das relações de sociabilidade e do sistema econômico, ambos sobrevivem nas representações sociais ligadas ao mundo do café presentes na literatura crítica sobre o assunto e podem ser utilizados para argumentar sobre a modernização conservadora.

Conforme Octávio Ianni (2004), ao analisar as tendências do pensamento brasileiro, o autor afirma que o país se pensa contínua e periodicamente, e todas as interpretações setoriais e abrangentes colocam e recolocam problemas que merecem reflexão. De forma complementar, para Werneck Vianna (2001), a dimensão do pensar não está posta em antinomia ao agir, de modo que os pensadores brasileiros na República só pensam o Brasil na medida em que se está “andando”, ou seja, vivenciando o processo de construção nacional. Lobato voltava suas análises para forjar a transformação da Nação, e Furtado se dedicou ao planejamento para a superação do subdesenvolvimento, mas ao que nos interessa, é o modo como cada um pensou a formação brasileira sempre em conexão com seus respectivos contextos de transição e de mudanças político-sociais.

### **A vocação agrária e o protagonismo do café**

Para Lobato, o café pode ser encarado como um dos principais elementos da consolidação da sociedade brasileira, tanto no sentido modernizador, quanto no sentido da manutenção das formas arcaicas. O imaginário difundido no período pelos cafeicultores era que tinham conseguido heroicamente povoar o interior do país, e assim conduzindo à conquista de territórios como fizeram os bandeirantes. Paulo Prado pontuou a “missão” que o produto cumpriu na expansão territorial e econômica: “Como índio, a prata, o ouro, as pedras preciosas, o gado – o café atraiu como ímã, os primeiros para o interior profundo do território”. (PRADO, 1998, p. 133). Prado pondera ainda que o café foi um “bandeirante” “heroico” que “penetrou e desbravou” as matas, além de povoar as imensas regiões do “sertão brabo”.

O tema do café na obra lobatiana aparece desde os seus primeiros textos de juventude. Apesar de ressaltar que o café também repete o

“movimento do bandeirante”, em alusão ao fato da planta ser itinerante, avançando do Vale do Paraíba para o Centro Oeste Paulista, em outros textos Monteiro Lobato viria apontar que o resultado do café como espécie de produto condutor da economia brasileira seria prejudicial para o desenvolvimento político, econômico e social da Nação, daí a necessidade de superar seu cultivo e o investimento em outras áreas econômicas.

O conto “Café! Café!” escrito em 1900, e enfeitado no livro *Cidades Mortas* (1978 [1919]), narra a mentalidade arcaica do fazendeiro Major Mimbuaia, que mesmo encontrando condições adversas para continuar a produção da planta, insistia nela:

Ficou naquilo o major Mimbuaia, uma pedra, um verdadeiro monólito que só cuidava de colher café, de secar café, de beber café, de adorar café. Se algum atrevido ousava insinuar-lhe a necessidadezinha de plantar outras coisinhas, um mantimentozinho humilde que fosse, Mimbuaia fulminava-o com apostrofes. [...] - Não! Só café! Só café! Só café! Há de subir, há de subir muito. Sempre foi assim. Só café. Só café. E ninguém o tirava dali. A fazenda era uma desolação, a penúria extrema; os agregados andavam esfomeados, as roupas em trapos, imundos, mas a trabalhar ainda, a limpar café, a colher café, a socar café. Os salários caídos no mínimo, uma ninharia, o quanto bastasse pra matar a fome. O velho roía as unhas rancorosamente, vomitando injúrias contra os tempos modernos, contra a estrangeirada, o governo, os comissários, numa cólera perene, e trabalhava no eito com os camaradas limpar café, a colher café. (*Ibid.*, p. 106-108)

Lobato no início do século 20 criticava o “atraso” econômico brasileiro, que, segundo ele, estava calcado nas sucessivas crises pelas quais o café passava e por uma ausência de dinamização da economia; além de críticas frequentes à mentalidade “petrificada” do fazendeiro, que, segundo ele, era um dos grandes culpados dos entraves rumo ao desenvolvimento nacional.

Este aspecto está muito presente nos contos das obras *Urupês* (1994 [1918]) e *Cidades Mortas* (1978), onde Lobato apontou, segundo Miriam Ellis (1977), o panorama da região do Vale do Paraíba depois da avassaladora passagem do café perante a prática econômica “predatória” entre o final do século 19 e início do século 20. Já que a planta, acompanhava a fertilidade da terra, e o fazendeiro, por estar acostumado com a estrutura do latifúndio, não possuía a preocupação com o esgotamento do solo, devido às queimadas frequentes. O café, portanto, se caracterizava como uma plantação itinerante.

O livro *Cidades Mortas* foi escrito como resultado do período em que viveu na cidade de Areias (1907-1911). Nos contos que compõe a obra foi retratada a decadência das cidades da região do Vale do Paraíba, que, a partir da década de 1830, se caracterizou como a região que produzia a maior quantidade de café, e também como zona de pioneirismo em relação ao produto. Na primeira edição do livro, Lobato (1978, p. 1) apontou: “Entra neste livro um punhado de coisas antigas, impressões duma mocidade que vegetou no ambiente marástico das cidades mortas. Oblivion, Itaoca... Quantas saudades!...”. De acordo com André Vieira de Campos (1986, p. 11), nos textos de *Cidades Mortas*, Lobato descreveu os sintomas de atraso desta região e, embora seja uma produção considerada regionalista, os temas traduziam uma preocupação com o país como um todo.

Monteiro Lobato ironiza ao dizer que nessas regiões “devastadas” pela passagem predatória do café os únicos “perturbadores do silêncio” são o “raspar das enxadas”, os “sons coloniais” como os sinos das igrejas, as andorinhas e os carros de boi; o marasmo é descrito pelo autor como consequência de uma economia falida e sem futuro, que não consegue alcançar a marcha do progresso (LOBATO, 1978).

Lobato foi um crítico ferrenho em relação à “essência agrícola” nacional. Segundo ele, desta estrutura agrária emergia uma sociedade que nutria “parasitas sociais”. Na posição de grande responsável estava o governo brasileiro, que mantinha a produção cafeeira e “institucionalizava” o café como principal produto de exportação. O resultado disso era a consagração do “egoísmo oligárquico”, que concentrava em suas mãos o dinheiro do investimento público, a ignorância produtiva – no que concerne às formas do cultivo do produto – e, além disso, uma sociedade pautada na lógica do favor.

Em seu texto intitulado “A geada”, de 1918, afirmou:

Outro fazendeiro torrado pela geada dizia: “Eu tenho um sócio fidalgo que mora na capital. Sempre viveu à custa do meu trabalho. Come-me todos os anos uma boa parte dos lucros, e em troca me dá, principalmente, a honra de ser meu sócio. É poderoso, influente, acatado, e vive com estadão num palácio. Se paro de trabalhar e produzir, quero ver como ele se aguenta! Fio-me nisso. Todos andam inquietos; eu, não. O meu sócio desta vez há de pular, há de fazer das tripas coração, inventar, falsificar dinheiro se preciso for, para me socorrer nesta apertura. E vai fazê-lo, fingindo que o faz pelos meus belos olhos, porém na realidade movido pelo interesse próprio pelo instinto de conservação”. – Quem é esse sócio? – O Governo. É isso

mesmo. Lavoura de café e governo são entidades xifópagas, interdependentes, sociais. (*Id.*, 1951, p. 295)

Segundo Emília Viotti da Costa (2007, p. 268), no Brasil não se reproduziu o antagonismo registrado em outras áreas entre burguesia empresarial e a aristocracia agrária. A inserção do Brasil dentro de um esquema de divisão internacional do trabalho conferiu ao país um caráter essencialmente agrário, estimulando o desenvolvimento do latifúndio e do trabalho escravo ou semis-servil, acabando por inibir a divisão interna do trabalho e a formação do mercado interno. Como consequência, as principais funções urbanas tenderam a se concentrar nos principais centros exportadores, que se *modernizaram* e se *uropeizaram*, enquanto os núcleos urbanos das zonas interioranas vegetavam na órbita da grande propriedade, mantendo as tradições.

Joseph Love (1975) aposta que em 1907, metade da produção mundial era subsidiada pelo Estado, e, por isso, durante a Primeira República, São Paulo possuía o posto de “comando” da economia nacional. A elite paulista se orgulhava da marca do bandeirismo, que remetia à busca de oportunidades, ao espírito aventureiro e ao desbravamento do sertão. Assim, o café se constituiu como a “verdadeira epopeia civilizacional”, que capacitava seus plantadores como os construtores da estirpe tradicional do proprietário de terras bem-sucedido.

A crítica de Lobato em relação à Nação brasileira voltou-se para uma análise dos “homens da pátria”, que concentravam os poderes econômicos e políticos e, por isso, deveriam ser os principais agentes de formação nacional. Entretanto, segundo sua opinião, o interesse dos grandes proprietários não estendia aos limites de suas fazendas e aos lucros que poderiam extrair da relação de interdependência que possuíam com o Estado. Lobato apontava a ausência de dinamismo produtivo no país, o que também ocasionava, segundo ele, uma “atrofia” no pensamento dos grandes dirigentes econômicos. Esta sociedade “letárgica” e “entrvada” deveria se opor à cidade industrial, sinônimo de dinamismo social e econômico necessários para a Nação que adentrava ao século 20:

É nesse momento que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento. (SEVCENKO, 1995, p. 32)

O “timbre” dos novos tempos exigia, portanto, uma alocação do Brasil num projeto de sociedade que fosse amplo, desenvolvido industrialmente e livre do poder local e da herança social que isso acarretava.

Lobato (1948, p. 32), em carta ao seu amigo Godofredo Rangel (1884-1951), datada de 1915, afirmou que o Brasil ainda era uma horta. Em Lobato, vemos que além desse “entrave” econômico causado pela ausência de dinamização da indústria, os grandes fazendeiros tinham também como função social o incentivo às práticas da política de compadrio. Em diversos textos deriva a constante reclamação que versa sobre o fato do país formar apenas bacharéis, filhos de fazendeiros, que iriam tomar posses em cargos públicos por meio da política do empreguismo. Isso, no seu entendimento, significava uma “corda peiadora” para o progresso e o desenvolvimento científico da Nação.

O bacharel, portanto, herdeiro direto da elite coronelista, produzia mais males ao país do que bens, pois formava um “estado mental” arcaico e paralisado, uma vez que o objetivo maior era a busca por um emprego público que lhe oferecesse estabilidade. A nossa realidade, essencialmente agrícola, era então dominada econômica, cultural e politicamente pelos coronéis e pelos grandes senhores de terra, cuja mentalidade “arcaica” e “petrificada” não permitia uma mudança estrutural, o que desembocou em uma “Nação Adormecida”. A camada de jovens descendente direta deste agrarismo, segundo Lobato, formava a “pátria do bacharelismo”.

Lobato classifica esta situação de “superabundância de diplomados” como a “chaga dourada da nossa vida social”. Conforme Fernandes (2006), o pensamento racional era associado à camada senhorial e obedecia a seus interesses; o bacharel, portanto, era um prolongamento do senhor rural no mundo urbano.

Anos depois, esta análise de Lobato sobre a questão do “parasitismo social da lógica do favor” viria a ser uma constatação da Sociologia Rural acadêmica. Fernandes afirma a respeito da força da sociedade cafeeira, que era “fonte de toda e qualquer classificação social naquela sociedade” (FERNANDES, 1979, p. 261). Em outra perspectiva, a figura do coronel na sociedade brasileira, como pontuou Maria Isaura Pereira de Queiróz (1975), seria uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia como ponto de referência para a distribuição dos indivíduos no espaço social, enquanto “elemento-chave” para definir as linhas políticas e as divisões entre os grupos e os subgrupos da estrutura brasileira. Portanto, seria o responsável por incentivar práticas mandonistas locais, como por exemplo, o voto de cabresto e a inserção de seus filhos na carreira de Direito, a profissão “universal brasileira” daqueles que frequentavam a Universidade.

Furtado estabelece como fundamental a presença das elites latifundiárias paulistas do café no controle do Estado em formação. A

liderança política dos grupos latifundiários sobre o Estado foi, para Furtado, um processo que, ao longo do século 19, consolidou os interesses dos cafeicultores enquanto “classe dirigente”. A Primeira República foi a expressão do Governo como instrumento de ação econômica voltada para os cafeicultores, resultado do fortalecimento econômico da empresa cafeeira no último quarto do século 19. A burguesia cafeeira foi marcada por Furtado como o grupo protagonista do Estado republicano brasileiro, classe dirigente que significou (até as três primeiras décadas do século 20) um elemento vinculado ao processo de industrialização. O poder sobre a política econômica dos cafeicultores foi em decorrência, segundo o economista, da consciência clara que este grupo teve dos seus interesses, com novas formas de ação política.

O posicionamento de Furtado sobre as elites cafeeiras paulista realizado em *Formação econômica do Brasil* (2009), se deu por contraste às elites nordestinas, característica profunda de um texto de 1959, cujo embate do pensador com as elites latifundiárias nordestinas era ponto-chave nas tensões em torno da construção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), processo que Furtado esteve à frente. Vejamos como ele observou esta distinção entre elites cafeeiras paulistas e canavieiras nordestinas.

Os cafeicultores representaram uma dupla mudança em relação às elites canavieiras (VIEIRA, 2007). Primeiro, a convergência entre a produção e o comércio, com a hipótese de que os cafeicultores detinham o controle sobre as principais etapas deste sistema econômico, diferentemente da produção do açúcar. Desta forma, afirma em *Formação econômica do Brasil*:

Assim isolados, “os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. [...] Compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam involuído numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX. A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista. (FURTADO, 2009, p. 182-183)

A relação expressa por Furtado entre a falta de “consciência clara” sobre os “interesses” da classe dirigente açucareira acabavam por demonstrar um espírito “ruralista” deste grupo, identificando-os, assim, com a manutenção dos vínculos econômicos coloniais. No isolamento destes latifundiários ligados à economia da cana-de-açúcar, Furtado apontou a

descentralização política como uma característica das elites canavieiras, cujos interesses destes dirigentes não estavam combinados, ou seja, não agiam de forma coordenada e conjunta. A representação do cafeicultor como o patriarca “bonachão” que Lobato observou no Vale do Paraíba, de uma elite de baixa racionalidade do trabalho e da produção, distante do progresso e da ação do empresariado moderno, são características que Furtado apontou, mas em relação às elites canavieiras nordestinas.

Os grupos dirigentes cafeicultores representaram, em contrapartida, a autonomia regional e os interesses coadunados – entre os membros do grupo e, principalmente, frente ao Estado. Furtado segue na comparação entre as duas classes dirigentes:

Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. (*Ibid.*, p. 183)

O grupo cafeicultor estabelece um poder de hegemonia sobre o Estado, por ter objetivos claros e a definição de uma política, sendo esta a segunda mudança dos cafeicultores em relação ao grupo canavieiro. A caracterização da ação política dos cafeicultores pode ser analisada nas transformações históricas do trabalho e na política econômica do café (a “valorização do café”). As mudanças nas formas do trabalho, com o trabalho livre, as novas formas de assalariamento e a imigração europeia foram expostas, de certa forma, como parte dos interesses deste grupo dirigente e das *racionalidades* operantes nesses agentes. A criação de políticas para o café, a capacidade de decisão e as responsabilidades destes empresários deram substância, para Furtado, à “lógica da política” seguida pelos cafeicultores.

O argumento de Furtado, de origem estruturalista cepalina (BIELSCHOWSKY, 2004), a grosso modo, aponta que as economias primário-exportadoras, como a brasileira, dependem da demanda internacional para a comercialização do seu excedente, então em momentos de crise internacional, a economia brasileira sofre com a estagnação da venda do seu produto no mercado exterior. A diferença do sistema cafeeiro em relação às outras economias primário-exportadoras da experiência brasileira foi: no momento de crise, os cafeicultores deram uma resposta ao fenômeno de estagnação da demanda internacional pelo café.

Na comparação entre as elites paulistas e nordestinas ressaltamos, primeiro, que o “deslocamento do centro dinâmico” fruto do processo de industrialização, a partir da interpretação de Oliveira (2009, p. 46), é a

mudança geográfica do centro do sistema econômico do Nordeste para o Centro-Sul, o que faz Furtado perceber as desigualdades regionais, marca da produção deste autor entre 1958 e 1964. A segunda ressalva é como a luta pelo desenvolvimento e por políticas de planejamento regional, reunidas na SUDENE, construíram as bases do enfrentamento político às elites latifundiárias nordestinas. Lima (2009, p. 264) analisa o como “interesses de classe e frações de classe que se chocavam no interior da sociedade regional” aglutinavam forças políticas em contraposição às políticas da SUDENE empenhadas por Furtado; Vieira (2004, p. 65) acena para a ideia presente no início dos anos de 1960, a respeito da impossibilidade de as elites tradicionais resolverem os conflitos sociais no Nordeste. O dualismo estrutural entre o agrário e o industrial, o Centro-sul e o Nordeste são oposições que tangenciam a interpretação da posição das elites cafeicultoras de protagonismo frente às elites canavieiras nordestinas, uma questão central da década de 1950.

Na Parte Cinco de *Formação econômica do Brasil* (2009, p. 242), a política econômica dos cafeicultores foi apresentada a partir de um duplo movimento: o Estado financiou estoques do café não absorvidos pelo mercado internacional e, ao mesmo tempo, depreciou o preço da moeda nacional, já que os cafeicultores recebiam pagamentos pela venda do café em moeda estrangeira. Com isso, no momento de converter o montante arrecadado com a venda do café no estrangeiro para a moeda nacional, que estava depreciada, conseguiam uma espécie de “prêmio”.

A desvalorização (cambial) da moeda nacional era uma política econômica, para Furtado (*Ibid.*, p. 243), dos cafeicultores, e o tal “prêmio” foi acompanhado da intranquilidade social e política diante das recorrentes crises inflacionárias, fator que prejudicava grande parte da população que dependia de produtos básicos importados, e viam perder o poder de compra dos seus salários diante da inflação. Assim as elites “socializavam as perdas”<sup>3</sup> com a coletividade, compensando a crise internacional com o mecanismo cambial de desvalorização da moeda, o que na prática somente prejudicava o conjunto da população que sentia a perda do poder de compra da moeda. Segundo Vieira (2007, p. 95), com a ideia de socialização das perdas, “Celso Furtado pretendia chamar a atenção para o acirramento de uma tendência característica da economia brasileira: a concentração de renda”, posicionando a leitura crítica do economista em relação à ação política sobre o café.

Ao analisar os efeitos que estas políticas do café tiveram na formação do Estado nacional, Furtado (*Op.cit.*, p. 245) aponta que há nestas políticas um efeito não intencional do governo, pois acabou por incentivar a produção do café, quando na verdade esta produção deveria ser

---

<sup>3</sup> A “socialização das perdas” foi apresentada por Furtado já em *A economia brasileira* (1954, p. 101).



desestimulada diante do momento de crise. Neste efeito não intencional, de estímulo da produção em momento de crise, observamos na crítica de Lobato a aliança entre os cafeicultores e o Governo, como algo que impede a racionalidade econômica do poder político, que acaba estimulando a permanência de uma estrutura anacrônica, que planta somente café.

Visto que Furtado analisa o processo de transição da *vocação agrária* do café para o processo de desenvolvimento urbanoindustrial, aquilo que era uma relação danosa para Lobato entre cafeicultores e Governo, significou para Furtado parte das vicissitudes da política econômica cafeeira. A “socialização das perdas” com a coletividade expressa a incongruência, para Furtado, frente às políticas que determinam diretamente sobre a distribuição das rendas e do capital com o conjunto da sociedade, e por isso foi tratado como um “prêmio”, que impacta negativamente sobre os salários e o consumo da classe trabalhadora.

A “valorização do café”, através do financiamento de estoques do produto, representam na interpretação de Furtado um incentivo, também não intencional da política do café, à manutenção dos salários dos trabalhadores e das rendas dos empresários nos momentos de crise. Com isso, a política econômica do café “defendeu” a economia no momento da crise deflagrada em 1929, e a defesa dos salários e dos lucros gerou, na década de 1930, uma situação favorável de manutenção da demanda interna, processo formador da tese da industrialização ligada à via da *substituição de importações*, análise tão cara ao pensamento de Furtado e ao estruturalismo latino-americano

A “defesa” significou a proteção de interesses econômicos como uma “extensão” da hegemonia dos cafeicultores, por isso essas elites consolidaram seu poder sobre o Estado. A queima do café, praticado pelo Estado a partir de 1906, que foi valorizado pelo financiamento estatal, também foi vista em termos dos interesses econômicos. “A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender” (*Ibid.*, p. 271). Apesar de parecer absurda tal política, o autor afirma que são comuns estes fatores nas economias de mercado. Para Furtado (*Ibid.*, p. 276), a queima do café somada à valorização do produto significou uma política anticíclica de grande magnitude que foi seguida “inconscientemente” pelos cafeicultores, de maior amplitude que aquelas realizadas pelos países industrializados.

A argumentação de Furtado a este respeito foi de tal circulação no pensamento brasileiro, que o próprio autor esclarece a dimensão deste impacto. Em intervenção de Furtado (1983, p. 717) no Seminário Internacional “A Revolução de 30” (CPDOC/FGV), este autor afirma a respeito:

Ninguém queimou café por masoquismo e sim para reduzir os imensos gastos de armazenagem e a pressão dos estoques sobre o mercado internacional. Ninguém dirá que José Maria Whitaker, o ministro da Fazenda da época, tinha ideias econômicas diferentes das de Murtinho, como não demonstrara tê-las Getúlio Vargas quando ocupara a pasta da Fazenda no governo Washington Luís. Evidentemente, as mentes menos dogmáticas, menos formadas ou deformadas pelas ideias ortodoxas sobre equilíbrio orçamentário, inflação etc., tenderam a prevalecer. Anos depois tive com Osvaldo Aranha uma conversa sobre esses acontecimentos e ele me observou: “Celso, você me explicou o sentido do que fizemos nessa época, então eu não sabia de nada”. (*Ibid.*, p. 716-717)

Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda (1931-1934) do primeiro governo do presidente Vargas (1930-1945), afirma que a “queima de café” enquanto uma política de Estado ganhou escopo interpretativo com Furtado, o que reforça desde o início a percepção de que Furtado, assim como Lobato, perduram no imaginário político e social brasileiro. Cepêda (2010) assinala que há também um outro efeito que as políticas de defesa do café realizaram, pois além das consequências econômicas diretas, há uma interdependência entre a economia e a política com um alcance nacional.

Há uma crítica de Oliveira (2009) a uma possível idealização da ação dos cafeicultores por parte de Furtado, questionando seu aspecto inconsciente e garantidor de uma política anticíclica, conforme Furtado idealizou. O problema econômico é transformado em questão nacional principalmente a partir das políticas voltadas para o café, o que fortalece as medidas tomadas, como a “queima do café”, o que, segundo Oliveira, não possuem simples consequências do sistema econômico, mas têm profunda vinculação “política”, “como uma prática não externa à economia” (2009, p. 40), ou seja, a ação dos cafeicultores tem profunda vinculação com o domínio político dos cafeicultores sobre o Estado nacional.

### **O Jeca Tatu e a economia de subsistência**

O temor que Lobato tinha das oligarquias cafeicultoras do Vale do Paraíba, em que a produção “itinerante” deixou marcas profundas de destruição, não representa uma simples oposição ao que Furtado identificou como “progressista” na burguesia cafeicultora. O sentimento de “angústia” de Lobato diante das áreas de subsistência em contraste às plantações de café do Vale do Paraíba está muito próximo das impressões

essencialmente negativas de Furtado sobre a relação entre as áreas de subsistência e os latifúndios. O mecanismo de explicação de Furtado, de uma economia dual estruturalista, que converge na relação entre a economia agrícola de exportação e a economia de subsistência foi central na interpretação deste autor. A relação entre o latifúndio exportador e a pequena propriedade, bem como o trabalho nas áreas de subsistência, a partir de relações entre parceiros, agregados ou rendeiros da terra, são fatores presentes na ótica de Furtado e também estavam na reflexão lobatiana sobre o Jeca Tatu.

A análise da estrutura agrária e seus males para o futuro nacional se completa na obra lobatiana com a figura do Jeca Tatu. Esta personagem – abundantemente estudada pela fortuna crítica – foi criada em 1914, momento em que Lobato assumiu como herança a fazenda Buquira, deixada pelo seu avô, Visconde de Tremembé. Indignado com os incêndios provocados pelos caboclos nas matas de sua propriedade, escreveu o artigo “Velha Praga”, publicado na “Seção de Queixas e Reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*.

De acordo com seu pensamento, a construção da personagem Jeca Tatu significava também uma forma de olhar para o interior do país, num momento de nacionalismo mais inflamado, motivado pela Primeira Guerra Mundial, período em que os discursos eram extremamente idealizadores. Novamente em carta a Rangel, em 1916, após receber diversas críticas sobre sua visão funesta em relação ao caboclo, diz:

Já compreendi o nosso público. Para interessá-lo, é preciso vir com bombas na mão e explodi-las nas ventas de alguém, ou meter a riso qualquer coisa, farpear um grande paredro da política (o meu alvo predileto é o Fre Val, o morubixaba da estética oficial) – ou então falar do caboclo. Em havendo caboclo em cena, o público lambe-se todo. *O caboclo é um Menino Jesus étnico que todos acham engraçadíssimo, mas ninguém estuda como realidade.* O caipira estilizado das palhaçadas teatrais fez que o Brasil nunca pusesse tento nos milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o Interior. Todos as têm como enfeites da paisagem – como os anões de barro de certos jardins da Pauliceia. (LOBATO, 1948, p. 68, grifos nossos)

Ironicamente, Lobato aponta para a questão do falso nacionalismo e para a falsa valorização do caipira, por isso diz que o Jeca era “bonito no romance e feio na realidade”, era o “menino Jesus étnico”, dentre outros adjetivos. Porém, realiza sua denúncia sem uma reflexão mais detida sobre as causas e motivações profundas desta situação, o que fará posteriormente em outros textos. Na fase de criação, a projeção caricatural

do Jeca Tatu demonstra que ele é um “bicho selvagem”, e não está escondido sob a “pele romântica”.

Uma das questões de fundo que estava em voga no momento de criação da personagem Jeca Tatu era o apontamento sobre a necessidade de atualização das formas do trabalho livre, que fossem condizentes com a formação de um Brasil capitalista, moderno e racional. Além disso, estava em voga o debate do “papel” das “raças” formadoras da nacionalidade.

O tema da imigração apareceu na obra de Lobato sob a perspectiva da melhoria da qualidade da mão de obra nacional. Segundo ele, o país possuía uma população fraca, devido a sua origem étnica mestiça – o português, o negro e o indígena – o que explicaria nossa fraqueza como país que, apesar de imenso, não produzia e por isso não enriquecia. Em 1919, confirmaria a opinião dos intelectuais e da elite que viam a imigração como fornecedora de uma dinâmica maior à Nação, bem como do possível desenvolvimento de uma sociedade pautada pelos ensinamentos do trabalho racional trazido pelos europeus: “Descontada as áreas felizes do Sul, onde um conjunto de circunstâncias favoráveis atraiu a imigração estrangeira e criou um relativo progresso, o resto do Brasil é pura calamidade” (LOBATO, 2009, p. 192).

A imigração europeia também foi apresentada por Furtado como a “solução migratória”, um “conjunto de medidas” do Estado e dos cafeicultores que a “promoveu”. A imigração foi a saída possível frente à população dispersa nas áreas de subsistência, esta foi a posição apresentada por Furtado. A análise foi a seguinte (FURTADO, 2009, p. 196-198): as dificuldades em cobrir os gastos de viagem dos imigrantes foram superadas pelo Estado Imperial, que arcou com estes custos; já os cafeicultores arcavam com a instalação, e organizavam formas combinadas de salários – pagos em dinheiro – e disponibilidade de terras para os imigrantes. As possibilidades de intensificar a imigração europeia foram ancoradas, na leitura de Furtado, pelo conjunto de medidas do Estado, ou seja, significou uma política para os cafeicultores.

O empresário cafeicultor, para Furtado, desejava gastar a menor quantia possível (e rentável) de capital por unidade de mão de obra, ou seja, não tinha nenhum interesse em aumentar a produtividade física da mão de obra e da terra (*Ibid.*, p. 239-240). O que desmotivava o produtor em realizar inversões em técnicas modernas de produção? Para Furtado, tratava-se da falta de incentivos (público-privados) à melhoria dos métodos do cultivo, o que significa uma crítica política a falta de oportunidades criadas pelo Governo, já que Furtado se afastava de qualquer explicação liberal, e não poderia conceber que o próprio sistema econômico (mercado) criaria incentivos por si só. O interesse do empresário era em aplicar capital na expansão das plantações, vide a abundância de terras.

Em uma economia primário-exportadora, para Furtado, as inversões realizadas pelos cafeicultores são de primeira ordem para a constituição das relações (sociais e políticas) em torno do sistema econômico. A exploração da terra que estes empresários realizavam, de baixa técnica produtiva, extensiva e “predatória” (ambientalmente), foi apontado por Furtado como elementos das *racionalidades* operantes nestes agentes. O autor afirma sobre o uso da terra pelo café:

Ora, a terra, mais ainda do que a mão de obra, existia em abundância, desocupada ou subocupada na economia de subsistência. (...) Sempre que essa terra dava sinais de esgotamento, se justificava, do ponto de vista do empresário, abandoná-la, transferindo o capital para solos novos de mais elevado rendimento. A destruição dos solos que, do ponto de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora, os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra e de mão de obra por unidade de capital. (*Ibid.*, p. 239-240)

Há uma primeira justificativa para o uso da terra: a sua abundância. O capital ao ser aplicado detinha incentivos econômicos que o “induziam” a estender suas plantações, aumentando a quantidade de terra e gerando uma produção territorialmente itinerante, que destrói e avança para novas áreas. Para Furtado, os estímulos econômicos dados a estes empresários – a abundância de terra e mão de obra –, são elementos exógenos às plantações de café, estímulos do próprio sistema econômico e da ação estatal deliberada.

A *racionalidade* da ação dos cafeicultores aparece, em Furtado (*Ibid.*, p. 240), a partir de expressões como a “justificativa” para tal ação, os “interesses”, a “forma racional de crescimento da economia”. Estes adjetivos utilizados no texto devem ser tomados por sua construção textual-argumentativa. A destruição dos solos através da produção extensiva, quando se há terra e mão de obra “desocupadas”, resultam na falta de condições econômicas dadas aos empresários cafeicultores. O aproveitamento do solo (e o seu esgotamento) está inserido no processo de desenvolvimento econômico, em que as gerações futuras serão beneficiadas pelo processo desencadeado por este sistema econômico, ou seja, a industrialização.

A perspectiva crítica de Furtado à tomada do Estado por estes cafeicultores paulistas foi se aprofundando no período posterior ao seu exílio (pós-1964), quando no curso ministrado na PUC/SP, em *Economia do desenvolvimento* (Id., 2008, p. 151), o autor aponta duas consequências negativas da política de “defesa do café”: a expansão do café não cessa com a demanda internacional estável, o que estimula a produção no Brasil e mesmo fora; a segunda consequência é que “contribuiria para agravar a subordinação das atividades do governo federal aos interesses dos grupos cafeeiros”, fato que acaba por limitar a ação do governo federal em áreas distintas da economia cafeeira.

Daí o café como presença marcante em suas obras, sempre atrelado, em cada período, aos objetivos da formação do Estado, ao papel das elites, as formas de trabalho e de sociabilidade, enfim, os dois autores assim posicionados, apresentam complementariedades importantes que somente a análise conjunta nos permitiria compreender elementos de dois momentos vivenciados de um mesmo processo da experiência brasileira.

### **A civilização do café: uma síntese de interpretação**

Compreendemos que retomar os dilemas em comum presentes nestes autores tem como foco analítico uma melhor definição dos momentos de mudanças sociais, políticas e econômicas daquilo que se compreende como a modernização nacional, presentes nas leituras sobre a transição do sistema cafeeiro, sobre a questão da vocação agrária no Brasil pós-1930 e as transformações urbanoindustriais. Isto posto, a hipótese que quisemos levar a cabo é a de que justamente as observações sobre o café, quando colocadas em diálogo, podem auxiliar-nos na compreensão de teses clássicas aparentemente distantes e polarizadas, mas que conflitam e confluem de forma persistente imaginário político e social sobre o café.

O que quisemos ressaltar foi a multidimensionalidade que o tema do café oferece, e, como dissemos, recebeu inúmeras interpretações de diversas áreas do conhecimento. Nesse caso, o café foi analisado por Monteiro Lobato a partir de sua literatura de denúncia da situação de “atraso” que o país enfrentava, debitada por ele à sua estrutura agrária, criando uma *interdependência* entre o café e o Estado. Celso Furtado, por sua vez, analisou a estrutura social brasileira surgida a partir da produção cafeeira, e ao contrário de Lobato, viu na civilização do café uma “etapa necessária”, a *diferenciação estrutural* que deságua na moderna sociedade industrial.

Furtado realizou uma análise de longa duração (*la longue durée*), de certo modo, o que podemos dizer que preserva uma determinada vantagem em relação a Lobato, pois analisa tal sistema *a posteriori*, e, além disso, produz num momento em que as Ciências Sociais no Brasil encontrava-se em processo de institucionalização. Também estava em conexão com o

mundo acadêmico internacional e possuía formação na área da história econômica; em contrapartida a vantagem de Lobato é: sua biografia está diretamente conectada à sociedade do café, assistiu a sua importância, percebendo sua força e conexão com o processo de urbanização, produziu suas obras a partir de impressões atentas, seja como promotor na cidade de Areias ou como fazendeiro, porém sem o mesmo distanciamento histórico do economista, necessário para constituir uma análise de longa duração.

Não quisemos pôr a cabo as teses destes autores frente à historiografia produzida em relação ao café. A intenção foi confrontar diferentes perspectivas sobre o café em relação aos temas da área do pensamento social e político brasileiro. Então, retomamos as relações com os diferentes projetos nacionais, papel das classes sociais na relação entre elites, classe trabalhadora e Estado, bem como as vinculações com a organização social e cultural deste sistema. No entanto, a especificidade dos pensamentos de Lobato e Furtado, ao analisar essa *transição*, posiciona um Lobato que não enxerga o café como elemento modernizador, sim como um empecilho para a modernização e diversificação rumo à sociedade industrial. Estamos certos de que as interpretações de Monteiro Lobato e de Celso Furtado, dentre outras, representam singulares contribuições para o pensamento social e político brasileiro. Suas posições possibilitam um mosaico de interpretações dos *enredos nacionais* sobre a modernização da sociedade brasileira.

## **Referências bibliográficas**

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Introdução. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 23-40.
- BASTOS, Elide Rugai; IANNI, Octávio. *A questão nacional*. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do picapau amarelo. Uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

- CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9-21.
- CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. *Desigualdade & Diversidade*, v. 7, 2010, p. 115-136.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.
- CRESPO, Regina. *Itinerarios Intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2004.
- DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 3, 2002, p. 459-482.
- ELLIS, Miriam. *O café. Literatura e história*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- FERNANDES, Florestan. À sombra da Idade de Ouro. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979, p. 258-274.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- \_\_\_\_\_. *A economia latino-americana. Formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. Celso Furtado. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, *A revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 712-717.
- \_\_\_\_\_. *Economia do desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: Edusc; Anpocs, 2004.
- LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1948, tomo II.
- \_\_\_\_\_. *Mundo da Lua e Miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Globo, 2008.



- \_\_\_\_\_. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009.
- LOVE, Joseph. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira: 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 1975, p. 53-76.
- MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, 1989, p. 29-37.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos; Santos: Livraria Martins Fontes, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. A navegação venturosa. In: \_\_\_\_\_. *A navegação venturosa. Ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, T. P., MACAMBIRA, J.: VIANNA, S. T. W. (Orgs.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 39-48.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura P. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1. São Paulo, Difel, 1975, p. 155-190.
- REIS, Elisa P. Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, 1982, p. 331-348.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. O pensar e o agir. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, n. 54, 2001, p. 35-42.
- \_\_\_\_\_. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: \_\_\_\_\_. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 43-58.
- VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: reforma e ideologia. *Projeto História*, n. 29, tomo I, dez., 2004, p. 53-86.
- \_\_\_\_\_. *Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: EDUC, 2007.

SANTOS, Elisângela da Silva e Gustavo Louis Henrique Pinto. O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 616-641, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado*). O café foi um sistema de produção e organização sociopolítica e cultural fundamental na história e na trajetória do pensamento político e social brasileiro. Este artigo analisa de forma comparada as concepções de Monteiro Lobato e Celso Furtado sobre a economia cafeeira e suas implicações para a sociedade brasileira. Ambos os autores perceberam no café as bases da vocação agrária e de transição para a modernização. Analisar comparativamente as percepções literárias de Monteiro Lobato e as interpretações econômicas de Furtado é significativo para identificar nas diferentes perspectivas destes intelectuais a construção de um mosaico de interpretações sobre o café.

**Palavras-chave:** café, Monteiro Lobato, Celso Furtado, pensamento social, vocação agrária, modernização.

**Abstract:** (*Coffe in the interpretations of Monteiro Lobato and Celso Furtado*). Coffee represented a fundamental system of production and socio-political-cultural organization in the history and trajectory of Brazilian political and social thought. This article analyses in a comparative way the opinions of Monteiro Lobato and Celso Furtado on the coffee economy and its implications for Brazilian society. Both authors understood coffee to be the basis of the agrarian vocation and the transition to modernization. Analyzing comparatively the literary perceptions of Monteiro Lobato and the economic interpretations of Furtado allows us to identify their different perspectives in building a mosaic of interpretations on the place of coffee in Brazilian history.

**Keywords:** coffee, Monteiro Lobato, Celso Furtado, social thought, agrarian vocation, modernization.

Recebido em julho de 2017.

Aceito em agosto de 2017.